

SOCIOLOGIA

DAS REGIÕES

SUBDESENVOLVIDAS

PINTO FERREIRA

1. *A noção do desenvolvimento nas ciências sociais* — A noção do desenvolvimento penetrou apenas recentemente, com seu significado atual, nas ciências sociais. No exame dos livros de Sociologia e Economia Política dos fins do século passado até por volta da última guerra mundial, não havia se desenvolvido nem popularizado o termo, hoje tão em moda e divulgado nas ciências sociais. Isto se deve sobretudo ao fato de que a visão dos sociólogos e economistas se concentrava, de um lado, no exame das sociedades industrializadas do mundo capitalista ocidental, de outro lado nas chamadas raças primitivas que eram objeto da etnologia.

Basta lembrar que o *Dicionário das Ciências Econômicas e Políticas*, ainda na sua 4ª edição de 1926, não aludia à palavra *desenvolvimento* para consagrar-lhe um artigo. Também no índice do mesmo livro, no volume III (Jena, 1928) e no aditamento à mesma obra (Jena, 1929) nenhuma referência se faz ao termo. Do mesmo modo, o *Manual de Sociologia*, de VIERKANT, publicado em 1931, como obra-prima da sociologia alemã da época, não debate o problema, o que revela o estado de espírito daquelas gerações.

O mesmo já não acontece na atualidade, onde não somente os livros de sociologia como os dicionários desta ciência se vêem obrigatoriamente na contingência de elucidar a matéria. Símbolo desta nova orientação, surge no recente *Manual de Ciências Sociais (Handwörterbuch der Sozialwissenschaften, Stuttgart-Tuebingen Golttingen, 13 volumes, publicado desde 1956)*, onde já se encontram dois artigos sobre desenvolvimento, ambos com o título *Entwick-lungslaender*, um de autoria de RICHARD F. BEHRENDT e outro escrito por PETER THOMAS BAUER, apreciando respectivamente os aspectos sociológicos e econômicos do desenvolvimento. Convém ainda mencionar outro grande dicionário de ciências políticas e sociais, o *Léxico do Estado (Staatslexikon, Freiburg, 1958, em 8 volumes)*, com um trabalho de WALTHER G. HOFFMANN sobre *Países em Desenvolvimento (Entwicklungslaender)*.

Na França o recente Tratado de Sociologia de GEORGES GURVITCH, publicado em dois volumes, a partir de 1958, e como obra coletiva de diversos estudiosos, traz um interessante resumo do Professor GEORGES BALANDIER intitulado *Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas*.

Deve-se ainda a BALANDIER a orientação do livro intitulado *O Terceiro Mundo, Subdesenvolvimento e Desenvolvimento* (Paris, 1956), que é outro importante debate sobre a matéria, cujo tema foi popularizado no livro de LEBRET com o título *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?* (São Paulo, 1960).

Na literatura econômica é oportuno lembrar ainda a síntese realizada por RAIMUNDO BARRE em seu *Manual de Economia Política* (Rio, 4 vols., 1962, I, págs. 99-132), afora a obra sintética de Rostow sobre *As Etapas do Desenvolvimento Econômico* (Rio, 1964).

A literatura sobre o tema é enorme, provocando mesmo uma certa ambigüidade polêmica de conceituações. Mas a penetração do termo nas ciências sociais já é símbolo de uma mentalidade amadurecida no próprio pensamento científico e revela simultaneamente o crescimento de um terceiro mundo, formado pelas antigas colônias que se emanciparam do Ocidente e de seu reduto europeu. Ao lado dos povos naturais ou raças primitivas e dos povos civilizados no Ocidente, surge o terceiro mundo dos chamados países subdesenvolvidos.

2. *A sociologia das regiões subdesenvolvidas* — Foi este o processo de amadurecimento das ciências sociais que permitiu surgisse a sociologia das regiões subdesenvolvidas, a princípio como uma simples extensão da sociologia econômica ou um aprofundamento da Economia Política e depois como um ramo autônomo da Sociologia, e assim encarado por diversos tratadistas, à maneira de BALANDIER, que avultou no seu interesse no tratamento do problema.

Procurou-se realizar o contraste entre as culturas e instituições sociais correspondentes, a fim de examinar o crescimento cultural e o encontro de culturas de níveis diferentes. A Escola Anglo-Saxônica da Antropologia Cultural, representada entre outros por BOAS, RUTH BENEDICT, MARGARET MEAD, RALPH LINTTON, BRONISLAW MALINOWSKY, ROBERT REFIELD, ao contrário dos sociólogos europeus continentais, preocupados em recolher artigos de coleções de indígenas para os museus europeus ou examinar simplesmente as instituições dos povos naturais, pela obra de seus etnólogos, passou a examinar os problemas de expansão e crescimento da cultura, bem como os resultados decorrentes do encontro de culturas dinâmicas dos países europeus com as culturas estáticas dos chamados países semicultos. Dêste confronto e dêstes estudos já proveio uma primeira onda de pensadores sociais interessados nas questões do desenvolvimento econômico.

Hoje em dia a sociologia das regiões subdesenvolvidas constitui um ramo especial da Sociologia. O seu objeto central é a análise dos países e das regiões subdesenvolvidas, pesquisando as instituições e quadros

sociais correspondentes, bem como as relações de tais regiões com os países desenvolvidos.

A expressão *países subdesenvolvidos* é sobretudo utilizada pelos americanos, conforme as palavras da língua inglesa *underdeveloped countries*. As publicações oficiais alemãs e os tratados científicos evitam tais palavras, porque revelam um sentido desvalorativo pela suspeita de uma conotação pejorativa. Por isso os autores e o governo alemão usam a expressão *países em desenvolvimento*. Países subdesenvolvidos e subdesenvolvimento são designados em alemão pelas palavras *Unterentwicklung* e *unterentwickelte Laender*. Fala-se sempre de países em desenvolvimento ou *Entwicklungslaender*. O Ministério da Economia da Alemanha e o Ministério da Cooperação Econômica (*Bsministerium fuer wirtschaftlich Zusammenarbeit*), bem como a *Enciclopédia Alemã de Ciências Sociais* e o *Léxico do Estado* preferem as palavras países em desenvolvimento.

Assim se pronuncia o último destes Ministérios: “Vencer a fome, a miséria e a ignorância nos países em desenvolvimento e, assim, eliminar os contrastes entre povos pobres e povos ricos é um dos mais prementes problemas mundiais, senão fundamentalmente o mais urgente. Não apenas motivos humanitários inspiram países industriais do Ocidente, quando vêm em auxílio dos Estados que lutam pela solução de seus problemas. Também desempenham papel importante cultivar relações estreitas e cordiais com o Exterior. Em um mundo que, através dos meios de comunicações, se contrai cada vez mais, são também nossos vizinhos a Ásia, a África e a América Latina, e seus problemas não nos podem deixar indiferentes...”

Vejamos agora o significado ou o conceito de países em desenvolvimento. Segundo PETER THOMAS BAUER, na aludida *Enciclopédia Alemã de Ciências Sociais*, poder-se-á esclarecer o conceito da seguinte maneira: “Na linguagem corrente designa-se como países ou regiões subdesenvolvidos ou em desenvolvimento aqueles países ou regiões nos quais a renda real e o capital por pessoa são baixos em relação à América do Norte, Europa Ocidental e Australásia, onde a maior parte da produção serve para satisfazer as necessidades diretas dos produtores e de suas famílias, em lugar de servir à troca ou compra mais ampla, e onde até agora as modernas técnicas de grande estilo não conseguiram aplicação nem na agricultura nem na indústria. O destaque da definição repousa principalmente na baixa quota de renda e capital *per capita* feita comparativamente. Debaixo desta interpretação geral, a definição compreende um grupo de países com mais de dois terços da população mundial.” Destarte, nesta caracterização do subdesenvolvimento, em sua problemática econômica se acentuam os seguintes indicadores: a baixa renda e capital *per capita*, a produção para consumo direto dos produtores e suas famílias, em lugar de sua troca e comercialização mais ampla, e a tecnologia insuficiente e rudimentar tanto na agricultura como na indústria.

É claro que uma conceituação mais ampla do desenvolvimento no plano social traria como conseqüência a utilização de uma simbologia mais rica para indicar os aspectos do subdesenvolvimento. Assim sendo, técnicas são utilizadas a fim de ativar as transformações dos chamados países subdesenvolvidos.

RICHARD F. BEHRENDT assim define o desenvolvimento em seu trabalho já citado: "Por desenvolvimento deve-se entender aqui uma combinação consciente de medidas, cujo sentido subjetivo é a elevação da capacidade média de produção e do poder de compra dos membros de uma comunidade."

É preciso lembrar, entretanto, que a generalidade dos autores mostra sempre como o conceito de desenvolvimento tem mais sucesso do que precisão. Especialistas de vários campos, sociólogos e antropólogos, economistas e historiadores, cientistas políticos e demógrafos, cada um dentro do seu âmbito de apreciação, procuram dar relevo ao estudo do desenvolvimento segundo suas perspectivas próprias. O conceito sociológico total do desenvolvimento deve ser assim buscado para melhor compreensão do assunto, mostrando destarte a existência de determinados aspectos do desenvolvimento em vários setores da vida social.

De um modo geral pode-se entender como países ou regiões subdesenvolvidos aqueles que dispõem de uma baixa renda e capital *per capita*, com tecnologia rudimentar na agricultura e na indústria, com uma economia predominantemente primária e agrária, daí decorrendo determinadas características socioculturais de analfabetismo, imitação dos estrangeiros, sistemas totalitários ou demagógicos de governo, instabilidade da moeda e desequilíbrio orçamentário, levando à realização de uma economia e de uma cultura dependentes dos chamados países dominantes.

3. *Caracteres socioculturais do subdesenvolvimento* — Os sociólogos enunciam diferentemente os diversos símbolos ou critérios que caracterizam o subdesenvolvimento, critérios chamados também de indicadores do subdesenvolvimento.

BALANDIER alude a critérios de ordem interna e critérios ou características de ordem relacional. Entre os critérios de ordem interna êle menciona: 1) caracteres demográficos, com grande nível de mortalidade e natalidade elevada; 2) insuficiência de economia alimentar, coincidindo com a fome e a desnutrição; 3) caracteres técnicos e econômicos, com uma ampla utilização da energia humana (e não elétrica), recorrendo ainda aos animais, ventos etc.; 4) caracteres sociais e culturais, como o analfabetismo, a condição inferior da mulher, a fraqueza da organização econômica na escala nacional ou territorial. Já entre os critérios de ordem externa, para aferir o desenvolvimento, BALANDIER indica os chamados critérios de ordem relacional, examinando o estudo atual das relações internacionais entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e os países subdesenvolvidos, mais patentes entre êles,

conforme declara: “A diferença entre os povos pobres e os povos ricos não cessa de se ampliar.”

ALFRED SAUVY e CLAUDE LEVY propõem os testes do subdesenvolvimento, de natureza econômica e sociocultural, em pontos de vista mais ou menos aproximados.

Assim é que ALFRED SAUVY, em sua *Théorie Générale de la Population* (1956, 2 volumes, I, págs. 241-242), utiliza os dez seguintes testes para apreciação do subdesenvolvimento:

- 1 — forte mortalidade, sobretudo a mortalidade infantil, e com vida média baixa da população (30 a 40 anos);
- 2 — forte fecundidade, próxima da fecundidade fisiológica, com ausência de limitação de nascimento;
- 3 — alimentação insuficiente, com um número de calorias inferior a 2.500 e alimentação fraca de proteínas;
- 4 — forte proporção de analfabetos, beirando cerca de 80%;
- 5 — forte proporção de agricultores ou pescadores;
- 6 — subemprego, por falta ou insuficiência de meios de trabalho;
- 7 — inferioridade social da mulher e ausência de trabalho fora do lar;
- 8 — trabalho de menores, a começar de 10 anos, ou mesmo antes;
- 9 — ausência ou debilidade de classe média;
- 10 — regime autoritário de diversas formas, com a ausência das instituições democráticas.

CLAUDE LEVY indica os seguintes testes de subdesenvolvimento, no trabalho *Os Critérios do Subdesenvolvimento (Les Critères de Sous-Développement)*, na obra de BALANDIER intitulada *O Terceiro Mundo (Le Tiers Monde, Sous-Développement et Développement)*, Paris, 1956), que são quase idênticos aos de SAUVY:

- 1 — forte mortalidade e sobretudo mortalidade infantil;
- 2 — fecundidade fisiológica no casamento;
- 3 — higiene rudimentar;
- 4 — subalimentação, carências diversas;
- 5 — escasso consumo de energia;
- 6 — grande quantidade de iletrados;
- 7 — forte proporção de agricultores;
- 8 — condição inferior da mulher;
- 9 — trabalho de menores;

- 10 — debilidades das classes médias;
- 11 — vulto das sociedades.

Tanto SAUVY como CLAUDE LEVY enumeram os testes do subdesenvolvimento, mas não mencionam uma distinção precisa entre os *testes primários* e os *testes secundários*, embora aludam aos testes fundamentais. SAUVY indica tão-só um teste fundamental, que é o número 5 de seu quadro, a saber, a forte proporção de agricultores e pescadores; CLAUDE LEVY indica dois testes fundamentais, os números 5 e 7 de seu quadro, isto é, o escasso consumo de energia e a forte proporção de agricultores.

No Brasil, o Prof. GUERREIRO RAMOS é autor de um ensaio intitulado *Critérios de Avaliação do Desenvolvimento*, publicado no livro *A Redução Sociológica* (Rio, 1956, págs. 157-164), onde procura tratar o problema dos critérios comparativos do desenvolvimento, tendo em vista a sua essencialidade. Segundo êle, pode-se avaliar o progresso técnico e por conseguinte as estruturas econômicas das regiões, mediante os seguintes critérios:

- 1 — distribuição da mão-de-obra pelos ramos da atividade econômica, com predominância do setor primário nos países subdesenvolvidos;
- 2 — baixa renda *per capita*;
- 3 — pequeno consumo *per capita* de energia;
- 4 — grau inferior de urbanização;
- 5 — insuficiente industrialização.

De um modo geral, verifica-se que há uma certa coincidência de pontos de vista e perspectivas quanto à avaliação dos critérios de desenvolvimento, conforme os testes de desenvolvimento, primários ou secundários, que permitem a caracterização autêntica da medida do desenvolvimento.

4. *Critérios de avaliação do desenvolvimento* — O desenvolvimento de um país deve ser medido de uma maneira global, em referência à sociedade globalmente considerada. É bem de ver, entretanto, que a idéia do desenvolvimento é, além de global, particularizada em certos setores; daí uma análise setorial do desenvolvimento, que é tanto econômico, como político, social, cultural, técnico etc., donde resulta a necessidade de aferir os principais testes do desenvolvimento.

De outro lado, quando se estuda o desenvolvimento, tomam-se, geralmente, nas estatísticas internacionais os índices de desenvolvimento de determinadas comunidades da Europa e da América, especialmente a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Suécia, a Suíça, a URSS e, principalmente, os Estados Unidos e o Canadá. Certos caracteres existentes em tais países são mencionados como índices de desenvolvimento, com

os quais se avalia e se mede o grau de desenvolvimento e de subdesenvolvimento de outras comunidades.

Para apreciar de maneira global o dito desenvolvimento, poder-se-ia avaliá-lo de maneira global, mencionando os seguintes indicadores precisos do desenvolvimento, a saber:

- I — *caracteres econômicos e técnicos*: 1) baixa renda *per capita*; 2) caráter primário das economias dos países subdesenvolvidos; 3) insuficiente industrialização; 4) países exportadores de matérias-primas e importadores de produtos manufaturados; 5) economias dependentes; 6) esvaziamento da economia através da deterioração dos termos de trocas comerciais; 7) excessiva utilização da energia humana e animal, domesticação precária das águas e ventos, com menor participação da energia elétrica;
- II — *caracteres demográficos*: 1) explosões e pressões demográficas, com elevado aumento da população; 2) baixa expectativa da duração de vida, com forte mortalidade e também forte fecundidade;
- III — *insuficiência das economias alimentares*: 1) pequeno consumo de calorias, abaixo de 2.200 calorias, enquanto o adulto normal deve consumir 3.200 calorias por dia; 2) desnutrição e fome;
- IV — *caracteres culturais e políticos*: 1) analfabetismo generalizado; 2) condição inferior da mulher; 3) tendências políticas a formas totalitárias ou demagógicas de governo; 4) fraqueza da organização em escala nacional ou territorial; 5) ruralismo predominante, com grande população rural; 6) mania reformista em geral;
- V — *caracteres monetários*: 1) instabilidade da moeda; 2) inflação crônica; 3) depreciação cambial; 4) *deficit* e desequilíbrio orçamentário; 5) aumento do custo de vida;
- VI — *caracteres psicológicos*: 1) tendência à imitação dos costumes políticos, sociais, moda, vestimenta, hábitos, padrões sexuais etc. dos chamados países desenvolvidos;
- VII — *caracteres de saúde e sanitação pública*: 1) endemias, saúde precária da população, falta de sanitação pública, elevado nível de doentes em relação aos hospitais e médicos.

Tem-se, assim, uma visão global do desenvolvimento. Mas é preciso salientar que, dentre tais *indicadores* ou *testes* do desenvolvimento, alguns são primários e outros são secundários. Geralmente os doutrinadores tendem a mencionar a baixa renda *per capita* e a industrialização com os principais indicadores, dos quais são condicionados os restantes.

5. *Ainda os critérios de avaliação do desenvolvimento: poucos ou muitos indicadores?* — Os economistas e sociólogos costumam indicar os chamados “testes” do desenvolvimento. Tais “testes” são ainda chamados de “indicadores”. Devem ser mencionados poucos ou muitos indicadores?

Após a primeira conferência das Nações Unidas, em 1943, com sumária classificação do desenvolvimento, estas e também o Departamento de Estado norte-americano construíram, a partir de 1950, as suas estatísticas servindo de base à graduação do desenvolvimento.

Tais estudos evidenciaram a existência de 16 indicadores, para efeito estatístico e objetivo, a saber: renda *per capita*, percentagem da nação em aprêço na população mundial e na renda mundial, índices de renda *per capita*, incremento médio anual proporcional da população, esperança de vida ao nascer, proporção de médicos por mil habitantes, grau de alfabetização, percentagem da renda nacional proveniente de atividades não agrícolas, renda média da população agrícola, investimento industrial por trabalhador, consumo diário de energia *per capita*, rede estradal, frete transportado *per capita*, dieta diária *per capita* em termos de calorias, proteínas e substâncias graxas, consumo *per capita* de energia.

Estes indicadores do desenvolvimento permitem uma mediação matemática e estatística, dando assim uma média geral do grau de desenvolvimento do país considerado.

Alguns autores de renome, entretanto, acham que não há necessidade de uma extrema menção a indicadores de desenvolvimento, eis que só um deles evidencia de modo vivo o dito processo, bem como não existiria uma nítida correlação entre os índices referidos.

É o que pensa SIMON KUZNETS em suas conferências sôbre o assunto (*Six Lectures on Economic Growth*, Glencoe, Illinois, The Free Press, 1959), bem como no estudo *Mudança Social (Economic Change)*, New York, W. W. Norton, 1953), salientando que basta referir-se a um só fator, o mais operacional entre todos, que é o da renda *per capita*.

Desenvolveu-se, então, a idéia de uma tripartição no modo de considerar as nações quanto ao seu crescimento econômico. Hoje, em vez da dicotomia de países desenvolvidos, suficientemente desenvolvidos e insuficientemente desenvolvidos. São países de alta renda, de média renda e de baixa renda *per capita*.

Em 1949, segundo dados amplamente divulgados, examinou-se a distribuição da renda do mundo pelos países, em dólares, como moeda de liquidez internacional, com o seguinte resultado:

- a) *países de alta renda*: renda global — 67% população — 18%; renda *per capita* — US\$ 915. Pertencem a esta categoria: Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia,

Europa Norestina (Grã-Bretanha, Países Escandinavos, Suíça, França, Alemanha, Bélgica, Países Baixos);

- b) *países de renda média*: renda global — 18%; população — 15%; renda *per capita* — US\$ 310. Pertencem a esta categoria: Europa Central e Meridional, U.R.S.S., Japão, Israel, União Sul-Africana, Argentina, Uruguai;
- c) *países de baixa renda*: renda global — 15%; população — 67%; renda *per capita* — US\$ 54. Pertencem a tal categoria: América Latina, Ásia e África, fora as exceções das categorias precedentes.

Vê-se assim que no ano relativo havia uma profunda desigualdade de renda entre as nações, o que levou MARRAMA, no trabalho *Saggio sullo sviluppo economico dei paesi arretrati* (Torino, 1958), a proclamar: “A má distribuição da renda entre países do mundo é muito mais marcante que entre regiões ou indivíduos do mesmo país.” Segundo BALANDIER, este contraste tende a agravar-se nos derradeiros anos.

6. *O critério de avaliação do desenvolvimento através da renda “per capita”* — A maneira mais prática de medir o desenvolvimento é evidentemente pela renda *per capita*. Desde que COLIN CLARK, eminente economista australiano, publicou o seu livro intitulado *As Condições do Progresso Econômico* (1936), que tal teste é vivamente posto em relêvo.

De um modo geral, os países mais desenvolvidos asseguram alta renda *per capita* aos seus cidadãos. Mas às vezes a regra sofre exceção, quando, por exemplo, a renda de uma nação provém quase exclusivamente de um produto extrativo, como acontece com o petróleo na Venezuela. Trata-se de um produto natural, de cuja industrialização e extração participa um pequeno número de pessoas: na hipótese a renda *per capita* é alta, como é a da Venezuela, a mais alta na América Latina, mas tal teste não traduz grande desenvolvimento, eis que ela é uma das maiores áreas de fome do mundo, não há distribuição nem circulação da renda entre as classes sociais, nem tão pouco a Venezuela tem sólida industrialização. Já o Brasil, com menor renda *per capita* que a Venezuela, tem mais sólida industrialização.

Quais os países de maior renda *per capita*?

Em 1949, a ONU classificou os países do mundo em 5 categorias, segundo a dita renda *per capita*, a saber:

- 1º) Países com renda de menos de 100 dólares: Indonésia (25), China (27), Bolívia (55), Índia (57), Paraguai (84).
- 2º) Países com renda de 100 a 250 dólares: Peru (100), Japão (100), Brasil (112), Turquia (125), Itália (235).
- 3º) Países com renda de 250 a 500 dólares: URSS (308), Argentina (346), Irlanda (420), França (482).

4º) Países com renda de 500 a 1.000 dólares: Austrália (679), Dinamarca (689), Reino Unido (773), Suécia (780), Suíça (849), Canadá (870).

5º) Países com renda superior a 1.000 dólares: Estados Unidos (1.453 dólares).

Nos últimos anos, novos dados são aduzidos e trazidos a lume, alusivos ao ano de 1965, coligidos na obra de HERMANN KHAN ANTHONY J. WIENER sobre *O Ano 2000* (São Paulo, 1969), transcritos no *Curso de Direito Constitucional* (Recife, 1970) do autor destas linhas.

Verifica-se que em 1965 os Estados Unidos ocupavam o primeiro lugar com 3.557 dólares de renda *per capita*, seguidos da Suécia, com 2.497, e do Canadá, com 2.464 dólares, enquanto que os mesmos autores registram para a União Soviética os dados de 1.288 dólares *per capita* no mesmo ano. Os dados completos podem ser apreciados em PINTO FERREIRA, no mencionado *Curso de Direito Constitucional* (págs. 590-591).

Observa-se que os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar, sendo de se advertir que a França e Alemanha vêm ultrapassando ultimamente a Inglaterra, que antes da Primeira Guerra Mundial ocupava o primeiro lugar no mundo.

Tal critério de desenvolvimento medido pela renda *per capita* tem a vantagem de ser o mais simplificado possível, de maneira que, conglorando com outros testes que possam permitir uma comparação estatística, é o mais usado, sem dúvida.

As críticas levantadas contra tal procedimento devem ser apreciadas, pois têm o seu *quantum* de validade, para permitir assim tão-somente uma visão aproximada e menos absolutamente objetiva da realidade.

Assim, o critério da renda *per capita* é monetarista; porém, nos países subdesenvolvidos, grande parte da produção é desviada diretamente para o consumo, daí resultando ser subestimada a estatística da renda *per capita* nas regiões subdesenvolvidas.

Nos países subdesenvolvidos a sua aparelhagem estatística é menos eficiente, dando margem a um pior levantamento estatístico dos seus padrões de vida.

De outro lado, uma elevação considerável da renda *per capita* é possível, mas sem o correspondente desenvolvimento, como na Venezuela.

Um menor aumento da renda *per capita* também resulta do fato de serem os países subdesenvolvidos, geralmente, aqueles em que se processam atualmente as explosões demográficas (por exemplo: a taxa de incremento anual de população do Brasil é o dôbro da dos Estados Unidos).

Além disso, a renda *per capita* é uma média, mas uma média comporta sempre uma dispersão, daí decorrendo uma má distribuição de renda de acôrdo com as classes sociais, para o que cumpriria fixar o tipo optimal de distribuição de renda, que não seria a curva de concentração

de LORENTZ, mas VITTORIO MARRAMA prefere a normalidade no sentido gaussiano, para entender como optimal a distribuição normal da renda.

Por isso é que, ao lado do critério de medição do desenvolvimento por intermédio da renda *per capita*, que permite uma compreensão ampla e global do problema, sempre é importante recorrer a outros testes e indicadores, possibilitando corrigir os defeitos da perspectiva.

7. *Diversas teorias sobre o desenvolvimento* — Diversas concepções têm sido construídas por sociólogos e economistas, bem como por psicólogos sociais sobre o problema do desenvolvimento. Dentre estas se destacam a interpretação sócio-econômica de ROSTOW e MYINT, a interpretação sociocultural de HOSELITZ, a interpretação psico-sociológica de LERNER e CLELLAND, bem como a interpretação econômica de DOBB.

WALT W. ROSTOW, antigo assessor do Presidente KENNEDY, é um dos maiores economistas contemporâneos, autor de uma interpretação sócio-econômica do desenvolvimento. É professor do M.I.T. ou Instituto de Tecnologia de Massachusetts (*Massachusetts Institute of Technology*), tendo introduzido, desde 1953, o termo *take-off*, traduzido como “arranco” ou “decolagem”, para caracterizar a transição de uma sociedade com base agrícola para uma sociedade com base industrial, em seu estudo intitulado *O Processo do Crescimento* (*The Process of Growth*, Oxford, 1953). Mais tarde publica uma importante obra denominada *Etapas do Desenvolvimento Econômico* (trad. brasileira, Rio, 1960, ou no inglês *The Stages of Economic Growth*, Cambridge, 1960).

O pressuposto geral da tese de Rostow é de que “a produção resulta do nível (scale) e da produtividade das forças de trabalho e do capital (inclui-se no conceito de capital a terra e demais recursos naturais, bem como os conhecimentos científicos, técnicos organizativos)”. Para êle, “o ritmo de crescimento de uma economia é considerado função das mudanças que sobrevenham dessas variáveis sobremaneira complexas”.

Para Rostow, nas decisões econômicas entram também as *motivações não econômicas*, eis que os seres humanos não são regidos por motivos estritamente econômicos. Na análise econômica entram as variáveis consubstanciadas nas respostas humanas aos desafios e oportunidades proporcionados pelo ambiente material.

Surgem, então, as propensões humanas, indicando Rostow, 6 propensões, a saber:

1. propensão a desenvolver a ciência fundamental (física e social);
2. propensão a aplicar a ciência a fins econômicos;
3. propensão a aceitar inovações;
4. propensão a procurar avanço material;
5. propensão a consumir;
6. propensão a ter filhos.

A utilização da palavra "propensão" já mostra que ROSTOW se coloca dentro da linha da doutrina de KEYNES, influenciado por DUESENBERY e HANSEN, quanto à propensão a consumir e por HARROD, quanto à propensão a poupar.

ROSTOW analisa ainda a evolução da sociedade, distinguindo 5 etapas no desenvolvimento, como sejam, a sociedade tradicional, a sociedade apresentando pré-condições para o arranco, a sociedade em arranco, a sociedade da era da naturalidade, a sociedade da era do consumo em massa.

Outra interpretação sócio-econômica é a de MYINT, no estudo *Uma Interpretação do Atraso Económico (An Interpretation of Economic Backwardness, Oxford Economic Papers, New Series, junho, 1954, páginas 132-163)*, onde distingue entre povo atrasado e povo subdesenvolvido. Por população atrasada se entende uma coletividade que não consegue, de uma maneira ou outra, sustentar com êxito a sua luta econômica para ganhar a vida. Ele parte, assim, da contraposição clássica firmada, por MARSHALL, entre o homem, de um lado, e o ambiente que o envolve, de outro lado. A luta econômica é apenas o processo contínuo de adaptação recíproca entre necessidades, atividades e ambiente. A idéia de atraso comporta o confronto entre os diversos graus de sucesso nessa luta econômica.

Já a idéia de subdesenvolvimento se utiliza para abranger a noção de recursos subdesenvolvidos, não sendo equivalente à de atraso. O subdesenvolvimento dos recursos naturais e o atraso das populações são dois fenômenos distintos, não necessariamente coexistentes, mas, quando coincidem recursos naturais subdesenvolvidos e atraso das populações, o problema se torna mais grave. MYINT assim distingue povos atrasados e povos subdesenvolvidos.

Para MYINT o tema fundamental dos países subdesenvolvidos não é na essencialidade um mero problema de baixo nível ou de disparidade internacional de rendas fiscais, mas é também o de uma participação desigual nos processos da atividade econômica. Por isso, é, por exemplo, "experiência comum dos países subdesenvolvidos não só a de estarem a braços com a escassez generalizada de gente instruída, senão também a de disporem de relativamente poucos elementos técnicos que se consideram socialmente produtivos, como, v. gr., engenheiros e médicos, enquanto possuem relativa abundância de elementos considerados socialmente menos produtivos, como advogados e tutores de ordem".

Passemos agora a analisar a teoria sócio-cultural do desenvolvimento, exposta por BERT F. HOSELTZ. Este é autor dos seguintes trabalhos: *Social Structure and Economic Growth* (in *Economia Internazionale*, 6, agosto 1953, págs. 52/77), *A Sociological Approach to Economic Development* (em *Atti del Congresso Internazionale d'Studio sul Problema delle Aree Arretrate*, Milano, Centro Nazionale di Prevenzione e Difesa Sociale, 1955, II, págs. 775/778) e *Theories of Economic Growth*, Illinois, 1960, (344 páginas).

Segundo HOSELITZ “o desenvolvimento econômico pode ser considerado como associado à transformação do comportamento social de uma forma que, em seus aspectos economicamente relevantes, é orientado para atribuição (*ascription*), o particularismo e a difusão funcional, a uma forma de comportamento especial orientado para a realização (*achievement*), o universalismo e a especificidade funcional”.

Assim o eminente sociólogo adota o esquema anteriormente traçado por TALCOTT PARSONS, em *The Social System* (1951) sobre “as variáveis-padrões da definição dos papéis sociais”.

Resumindo de maneira prática a interpretação de HOSELITZ, poder-se-ia formulá-la concretamente nos seguintes itens:

- 1) Na sociedade de baixo desenvolvimento, os papéis sociais desempenhados no setor econômico são distribuídos na base do *status*, da tradição, e não da competência para preencher tal função. Não há de outro lado confiança na realização (*achievement*) de esforços para o provimento de bens econômicos, eis que a “realização” é limitada a objetivos pouco relevantes.
- 2) A sociedade subdesenvolvida é particularista, antes que universalista, na distribuição dos papéis sociais, é entrecortada de castas e quistos, dotada de pouca mobilidade, ao contrário das sociedades desenvolvidas sempre preocupadas em atingir o ótimo, o mais racional e o mais eficiente na colocação dos recursos disponíveis. Ele exprime em outros termos a opinião de HENRY SUMNER MAINE no *Ancient Law*, segundo a qual há uma mudança do *status* para o *contractus* nas sociedades em progresso.
- 3) Nas sociedades subdesenvolvidas os papéis econômicos são genéricos e difusos, eis que o camponês das ditas sociedades quase tudo faz, desde a construção de sua moradia e utensílios até a produção de alimentos, ao passo que nas sociedades desenvolvidas o trabalhador moderno se consagra a uma só tarefa específica. O desenvolvimento econômico se acompanha destarte da crescente divisão da atividade social.

HOSELITZ ainda estuda toda uma rica temática na sociologia do desenvolvimento, indagando as alterações de estruturas das sociedades em desenvolvimento, estudando se há só um ou diversos modelos do desenvolvimento, se tal processo de transição é contínuo ou descontínuo, o que revela na verdade o variado conteúdo atual deste ramo da sociologia.

Já as interpretações psico-sociológicas do desenvolvimento são formuladas por LERNER e CLELLAND. DABIEL LERNER é o autor do livro intitulado *The Passing of Traditional Society — Modernizing The Middle East* (Glencoe, 1958, 466 páginas). Realiza uma pesquisa de campo no Oriente próximo (Libano, Síria, Jordânia, Irão, Iraque), operando a sua

sociologia do desenvolvimento sôbre a base do conceito que êle denomina de "personalidade móbil ou empática".

O que é a personalidade móbil? Ela se distingue pela sua capacidade de identificar-se com novos aspectos de seu ambiente.

A projeção facilita tal assimilação, mediante a atribuição ao objeto de certas qualidades prediletas do próprio ou de certos predicados desejáveis no objeto. Por sua vez, a empatia, segundo LERNER, é um conceito que sintetiza as duas dimensões da personalidade móbil, a saber, a projeção e a introjeção.

Por isso é que LERNER explica o desenvolvimento à base de tal comportamento humano: a transformação da personalidade social na direção da empatia, para conseguir o nôvo estilo de vida, que é a modernização, palavra ampla que se prefere às anteriores de europeização e americanização.

O desenvolvimento é a marcha para a modernização.

"Hipótese central dêste estudo", segundo comenta CALDERON BELTRÃO em sua *Sociologia do Desenvolvimento* (Pôrto Alegre, 1965), "é que alta capacidade empática predomina como estilo de vida pessoal sômente na sociedade moderna, que é eminentemente industrial, urbana, alfabetizada, e participante, isto é, só funciona através do consenso dos cidadãos. Por isso, nessa "sociedade participante" a maioria do povo freqüenta a escola, lê jornais, percebe vencimentos em ocupações que têm o direito de mudar, compra mercadorias num mercado aberto, vota em eleições que decidem dentre candidatos concorrentes, exprime opiniões em assuntos que não dizem respeito a seus negócios pessoais".

Já outra teoria psico-sociológica do desenvolvimento é exposta por DAVID MC CLELLAND, na obra *The Achieving Society* (Princeton, 1961, 512 páginas), cujo conceito central se baseia na necessidade de realização (*need of achievement*), aludido por R. WINTERBOTTOM, que foi o primeiro a referir-se, em 1953, à possibilidade de um nexo entre a motivação para a realização e o desenvolvimento. MC CLELLAND mostra a existência de duas subvariáveis no esquema do desenvolvimento, a saber: a educação por parte dos pais para a independência e o contrôle das situações, bem como a necessidade de realização por parte dos filhos, ao que agrega as variáveis de MAX WEBER dos valores de confiança em si mesmo, próprios do protestantismo e do capitalismo. São estas quatro, as principais variáveis do desenvolvimento.

A obra de CLELLAND supõe em sua essencialidade que as forças que produzem o desenvolvimento residem "no próprio homem", razão pela qual procura estudá-las cientificamente, substituindo a especulação dos cientistas de poltrona (*armchair scientists*) de tradição acadêmica por uma indagação rigorosamente científica. Parece que no fundo entretanto a tese de CLELLAND se inclina a uma perspectiva puritana de entender

como causa da estagnação econômica uma falta de disposição "to do well" e ao "hard work".

Outra interpretação psicológica ou psicológico-social do desenvolvimento é feita por EVERETT E. HAGEN, em sua *Teoria da Mudança Social (On the Theory of Social Change — How Economic Growth begins*, Homewood, Illinois, The Dorsey Preza, 557 páginas). Éle parte de uma teoria psicológica sôbre a personalidade social, afirmando que o desenvolvimento resulta da transformação da personalidade "autoritária" em personalidade "inovacional".

Tais tipos criadores ou inovadores surgem em conseqüência de um estado de ansiedade, que nos filhos é cultivado pelos pais e especialmente pelas mães, quando pertencem a um estrato social que tenha sofrido uma falta de consideração social (*withdraw of status respect*). Daí resultam sucessivamente: um processo de marginalização, depois na próxima geração um estado de recessividade e numa segunda etapa ou geração um tipo de personalidade social inovadora.

Passemos agora a uma rápida exposição das teorias econômicas do desenvolvimento, das quais a mais importante se prende ao marxismo, com suas etapas do desenvolvimento previstas na passagem da sociedade primitiva para os impérios escravagistas da antigüidade, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo.

Além disso há por mencionar a interpretação de MAURICE DOBB em seu ensaio sôbre *O Crescimento Econômico* (Rio, 1965), publicado originalmente em inglês com o título *Economic Growth and Underdeveloped Countries* (London, 1963). Para êle desenvolvimento econômico significa progresso, e que na história da humanidade o progresso econômico é relativamente moderno, com o que concorda LORD KEYNES em *The Economic of our Grandchildren*.

Nos últimos 200 anos o crescimento da produção industrial do mundo, medida *per capita* da população, foi várias vêzes superior ao que se alcançara posteriormente em tôda a história humana.

DOBB estuda o desenvolvimento nos países capitalistas e nos países socialistas, advertindo que nos primeiros o dito desenvolvimento não se faz suave ou continuamente, mas de forma intermitente, aos pulos, nos países socialistas o desenvolvimento se fazendo através das formas do planismo e da criação da indústria pesada nos países de maiores dimensões geográficas.

DOBB analisa também o desenvolvimento das nações que integram o terceiro mundo, e investiga o problema crucial de saber porque o desenvolvimento se detém, como ainda os diversos modelos ou caminhos de desenvolvimento.

Tais são de maneira geral as principais teorias sôbre o desenvolvimento, expostas longamente pelos seus doutrinadores, na discussão de uma temática que é das mais ricas e oportunas da moderna sociologia, a saber, como a constituição de uma sociologia do desenvolvimento, indagando de *per si* os principais indicadores do desenvolvimento.

8. *A importância da sociologia do desenvolvimento.* — Ninguém pode desconhecer a importância da sociologia do desenvolvimento. Mesmo porque inúmeros problemas de reestruturação e de reforma nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento devem ser esclarecidos à luz de uma temática nova.

Em setembro de 1962, no V Congresso Mundial de Sociologia, SEYMOUR LIPSET iniciou a leitura do seu trabalho com as seguintes palavras:

“A problemática das condições sociais que favoreçam o consolidamento de estruturas políticas estáveis e não autoritárias nas novas nações da Ásia e da África, tornou-se, neste após-guerra, uma das maiores preocupações dos estadistas e do mundo acadêmico. Surgiu assim um novo campo de pesquisa em economia, em ciência política e em sociologia: o estudo do desenvolvimento. Este simples fato de que o V Congresso Mundial de Sociologia toma como seu tema principal para as sessões plenárias a sociologia do desenvolvimento, constitui precisamente um índice de sua crescente importância” (SEYMOUR M. LIPSET, *The United States — The First New Nation, Paper for the Plenary Session on Sociology of Development for Fifth World Congress of Sociology in Washington, D.C., September, 1962*, mimeo, pág. 1).

Os diversos problemas sociais, políticos e culturais devem ser interpretados de acordo com as estruturas sociais e econômicas dos países. LORD KEYNES já advertia, com o seu prestígio e renome de economista mundialmente consagrado, sobre o perigo da transplantação de modelos econômicos dos países industrializados da Europa para nações subdesenvolvidas, o que também relembra PERROUX. As teses podem ser corretas, mas faltam as circunstâncias sociais para assimilá-las. Um sociólogo brasileiro, GUERREIRO RAMOS, tem insistido neste tocante, através das sugestões de uma redução sociológica, a fim de conseguir uma assimilação crítica e não uma imitação formal e inútil das grandes instituições, idéias, sistemas, que precisam ser reajustadas às possíveis condições sociais e culturais de cada comunidade. Ainda no Brasil o escritor GILBERTO AMADO sempre se pronunciou com agudeza e sensibilidade neste sentido, especialmente em seu livro *Eleição e Representação*.

A sociologia do desenvolvimento tem assim, diante de si, um grande futuro. Embora seja profundamente útil e necessário o conhecimento científico dos fatos sociais da Europa e da América industrializadas, bem como o conhecimento etnológico dos povos primitivos ou das sociedades naturais, assim como, o estudo histórico das sociedades, é indispensável o conhecimento da realidade nacional de cada país.

Tal conhecimento e interpretação dos fatos sociológicos totais nas sociedades subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, exige um apuro de visão global pertinente a tais problemas, que somente a chamada sociologia das regiões subdesenvolvidas, ou mais simplesmente, a sociologia do desenvolvimento, pode permitir com resultados proveitosos.